



## **Edital de Concurso nº 002/2022**

O 4º Prêmio para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins é uma premiação estadual, destinada a estudantes formandos nos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Tocantins.

### **Quarta Edição – 2022**

EDITAL DE CONCURSO nº 002/2022 - Regulamenta normas e procedimentos do Concurso “4º Prêmio para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins” que avalia e premia os trabalhos de conclusão de curso, do ano de 2022, por estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de Instituições de Ensino Superior do Tocantins regularmente cadastrados junto ao CAU.

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

1.1 O Prêmio para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins é uma iniciativa da Comissão de Ensino e Formação - CEF do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO, que por meio de Concurso avalia e premia os trabalhos de conclusão de curso, do ano de 2022, por estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de Instituições de Ensino Superior do Estado do Tocantins – IES (Universidades, Centros de Ensino Superior ou Faculdades) que estejam cadastrados no CAU.

1.2 Em sua Quarta Edição neste ano de 2022, esse Concurso tem a Coordenação Técnica e Geral do CAU/TO.

1.3 Tem como objetivos principais:

- a) premiar os melhores trabalhos de conclusão de curso dos estudantes de graduação e seus professores, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins;
- b) contribuir com o aperfeiçoamento do ensino nas escolas de Arquitetura e Urbanismo do estado, através de uma competição saudável entre as escolas, professores e os estudantes tocantinenses em busca dos melhores trabalhos;
- c) buscar a valorização do profissional recém-formado, através da exposição do seu trabalho para a sociedade;
- d) trazer para o debate profissional os trabalhos e as práticas acadêmicas, fazendo uma ligação entre a teoria, o ensino e a prática profissional;
- e) expor a produção arquitetônica e as atividades do profissional arquiteto e urbanista para a sociedade de um modo geral, buscando a valorização da profissão;
- f) valorizar o papel do arquiteto e urbanista e professor na formação dos arquitetos e urbanistas.

1.4 Cumpridas as exigências legais deste regulamento, os trabalhos selecionados receberão a premiação, conforme previsto, também, neste regulamento.

1.5 Todos os trabalhos apresentados, incluindo os premiados, serão considerados como trabalhos de exercício da prática acadêmica, portanto, não existe e nem deve ser considerado por parte do CAU/TO, na forma que for, o compromisso de contratação, execução, aplicação ou qualquer outra forma de seguimento apresentada ou proposta pelos mesmos ou pelos seus autores.



## 2. REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PRÊMIO

2.1 O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO é o órgão Realizador e Organizador responsável pela Coordenação Técnica e Geral desta Premiação.

2.2 Para a organização do Prêmio fica instituída a Comissão Organizadora formada pelo Coordenador Geral da CEF/CAU/TO e pelo Coordenador Técnico do Concurso Gilmar Scaravonatti.

2.3 O Coordenador Geral do Concurso é responsável pela comunicação institucional e pela articulação entre os diferentes representantes envolvidos em cada uma das etapas da realização do Concurso, incluindo a preparação, a execução e o pós Concurso, aqui também incluídas as exposições itinerantes dos trabalhos premiados.

2.4 O Coordenador Técnico do Concurso é responsável pela elaboração do Regulamento e de documentos a este relacionados; assessoria às Instituições de Ensino Superior e respectivos cursos, nas etapas de credenciamento, inscrição e recebimento dos trabalhos; instalação da Comissão Julgadora indicada e homologada pelo CAU/TO, condução da seção de julgamento, e comunicação, ao CAU/TO, dos trabalhos selecionados.

## 3. PARTICIPAÇÃO E INSCRIÇÕES

3.1 Poderão participar do Concurso, os estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Tocantins, que tenham obtido aprovação dos seus trabalhos de conclusão de curso de graduação, no ano de 2022, para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

3.2 A participação deverá ser individual, não sendo permitida a participação de trabalhos desenvolvidos em equipe.

3.3 A inscrição de cada trabalho concorrente será feita, obrigatoriamente, por meio do representante do curso de Arquitetura e Urbanismo, cuja IES e respectivo curso tenha sido credenciado para participar do Concurso.

3.4 Serão aceitos no Concurso apenas os trabalhos de conclusão de curso aprovados em processo de avaliação próprio, por banca avaliadora ou outra forma, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins, cadastrados no CAU e atendidas as normas internas destes quanto à temática e orientação pedagógica.

3.5 Os trabalhos inscritos deverão ter sido desenvolvidos em conformidade com os campos de atuação e atribuições do profissional Arquiteto e Urbanistas disciplinados pela Lei 12.378/2010 e Resoluções do CAU.

3.6 Cada trabalho inscrito deverá apresentar, obrigatoriamente, o nome de pelo menos um professor orientador e, caso se aplique, coorientador(es).

3.7 Serão considerados habilitados ao Concurso somente os trabalhos entregues no prazo estabelecido pelo Cronograma e em conformidade com as regras, ambos estabelecidos neste Edital.

3.8 Não poderão participar do Concurso os trabalhos já publicados ou premiados em concursos ou premiações nacionais ou internacionais.



3.9 Não será permitida a participação no Concurso, sob qualquer pretexto, seja na condição de estudante, professor orientador, colaborador, consultor ou outra forma qualquer vinculada ao desenvolvimento do trabalho, as seguintes pessoas:

- a) Integrantes da Diretoria Executiva do órgão REALIZADOR – CAU/TO;
- b) Membros da Comissão Organizadora, Comissão Julgadora, Consultores, Colaboradores e Fornecedores contratados para desenvolver atividades relacionadas a este Concurso;
- c) Sócios, parentes em primeiro grau, funcionários e estagiários dos profissionais e entidades acima relacionadas.
- d) professor orientador que não tenha registro ativo no CAU/TO;

#### 4. CREDENCIAMENTO E OBRIGAÇÕES DAS IES E RESPECTIVOS CURSOS

4.1 O envio dos trabalhos que irão participar do Concurso será realizado pelo representante do curso de Arquitetura e Urbanismo da IES do Estado do Tocantins.

4.2 Para credenciamento da IES e respectivo curso de Arquitetura e Urbanismo será exigido que o curso esteja cadastrado no CAU.

4.3 O credenciamento das IES e respectivo curso será feito pelo representante do curso de Arquitetura e Urbanismo da IES, podendo ser o coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo, chefe do departamento, coordenador do TC/TCC ou TFG ou ainda representante legal da instituição, conforme data estabelecida no Cronograma deste Regulamento.

4.4 Para realizar o credenciamento da IES e respectivo curso, o representante deverá acessar o site oficial do Concurso por meio do seguinte endereço na internet <http://premiotcc2022.cau-to.org> e seguir as instruções da aba “Credenciamento da Escola”.

4.5 Caberá a IES e respectivo curso de Arquitetura e Urbanismo fazer a pré-seleção dos trabalhos para posterior envio ao Concurso, em quantidade conforme definido neste Regulamento.

4.6 Compete à IES e respectivo curso de Arquitetura e Urbanismo definir critérios de avaliação, que poderão ser os mesmos da banca de avaliação dos projetos de conclusão de cursos da graduação ou outras formas que considerar adequadas para a seleção dos trabalhos a serem encaminhados ao Concurso.

4.7 É de responsabilidade da IES credenciada e respectivo curso de Arquitetura e Urbanismo, a conferência e o envio dos trabalhos nos prazos e em conformidade com as regras deste Regulamento, sob pena de desclassificação.

4.8 O representante do curso de Arquitetura e Urbanismo da IES deverá informar, no ato do Credenciamento da Escola, o nome do autor do trabalho, CPF, telefone e seu e-mail, nome do orientador e registro no CAU. Será publicada pela Coordenação Técnica, no site oficial do Concurso em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do prazo para recebimento dos trabalhos, através do número do CPF de cada participante informado no momento da inscrição, a relação dos estudantes, professores orientadores e nome das escolas participantes, dando, desta forma, transparência ao processo e permitindo o controle social dos participantes e concorrentes ao Prêmio.

4.9 Caberá ao órgão REALIZADOR, através de seu Coordenador Geral, organizar a exposição itinerante dos trabalhos premiados, conforme cronograma elaborado em conjunto com as instituições e coordenações de curso e ainda outras entidades parceiras.



## 5. NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

5.1 Os trabalhos deverão seguir as padronizações estabelecidas neste Regulamento, de modo a se obter uma uniformização na apresentação e preservação do sigilo da autoria dos trabalhos até o final do julgamento. Procura-se estabelecer esta padronização na apresentação para facilitar a leitura e avaliação dos trabalhos nas atividades do Júri.

5.2 Considerando a diversidade de temas possíveis e a complexidade que os mesmos podem alcançar, os trabalhos deverão ser apresentados de forma a contemplar todos os seus aspectos, inclusive em relação à apresentação da temática, levantamentos, localizações, considerações preliminares ou ainda a problemática abordada.

5.3 Todas as informações do trabalho deverão ser entregues em meio digital.

5.4 Os trabalhos deverão ser organizados e apresentados em até 04 (quatro) pranchas no formato A1, sentido horizontal, com área disponível e selo padrão conforme Prancha Modelo (Anexo 01), devendo ser numeradas de forma sequencial de 1/4 a 4/4, sem qualquer informação que identifique o estudante, o professor orientador, o coordenador ou representante do curso, ou ainda a IES.

5.5 Juntamente com as pranchas, deverá ser apresentada o Parecer de Avaliação do Trabalho elaborado pela banca avaliadora, pelo professor orientador ou pela coordenação do curso. O parecer deve ser digitado em campo específico na aba “Envio de Trabalhos” e poderá conter no máximo 1.500 caracteres.

5.6 Os trabalhos deverão ser enviados exclusivamente em meio digital, por meio do site oficial do Concurso, acessado a partir do seguinte endereço na internet <http://premiotcc2022.cau-to.org> e conforme as orientações da aba “Envio de Trabalhos”, com liberação de acesso, a partir de 13 de fevereiro de 2023 e prazo final de envio em 31 de março de 2023.

5.7 As pranchas, o Parecer de Avaliação do Trabalho assim como os nomes dos arquivos a serem enviados não poderão conter símbolos, marcações, nomes, pseudônimos ou qualquer outro elemento que permita a identificação do estudante, do professor orientador ou da escola, sob pena de desclassificação.

5.8 As pranchas, mesmo que em formato digital, deverão observar os itens referentes à legibilidade dos textos e resolução das figuras em tamanho real (A1), pois poderão ser expostas em formato impresso.

## 6. ENTREGA DOS TRABALHOS - 4º Prêmio para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo de Tocantins 2022

6.1 Cada IES poderá inscrever e enviar no máximo 10 (dez) trabalhos.

6.2 Os trabalhos deverão ser entregues exclusivamente em meio digital, através de carregamento (upload) dos arquivos no site oficial do Prêmio, em formato pdf, tamanho máximo de 15MB por prancha, conforme instruções na aba “Envio de Trabalhos”.

6.3 Serão aceitos apenas os trabalhos recebidos, impreterivelmente, até as 23:59h (Horário de Brasília) do dia limite de recebimento dos trabalhos, conforme estabelecido no Cronograma.

6.4 Não serão aceitos, em hipótese alguma, trabalhos enviados por e-mail, links ou qualquer outro meio eletrônico ou físico, ou ainda fora dos prazos e condições estabelecidos neste Regulamento.



## 7. RECEBIMENTO DOS TRABALHOS

7.1 Vencidas as datas do recebimento, a Coordenação Técnica do Concurso fará a contagem dos trabalhos recebidos e emitirá declaração do número oficial de participantes.

7.2 O sistema de envio dos trabalhos deverá ser de forma individual. No recebimento dos arquivos o sistema fará a numeração automática dos trabalhos, atribuindo nomenclatura com ID único para cada trabalho enviado, que não será visível para os usuários, cabendo apenas a organização do Prêmio a possibilidade de extrair uma relação que contenha o ID do autor com seus dados.

7.3 A identificação dos trabalhos será mantida sob sigilo absoluto e somente será divulgada após a abertura da Ata da Seção Final de Julgamento da Comissão Julgadora.

7.4 Caso seja constatada alguma tentativa de identificação de algum trabalho no processo de recebimento ou o descumprimento do presente Regulamento, a Coordenação Técnica encaminhará para a CJ, recomendando sua desclassificação.

7.5 Após o encerramento das inscrições, atendida a etapa de credenciamento das IES e respectivos cursos, e verificada a conformidade dos trabalhos inscritos com que estabelece este regulamento, será publicada pela Coordenação Técnica no site oficial do Concurso relação constando os nomes das Instituições de Ensino Superior (IES) dos trabalhos inscritos e seus IDs, dentre outras informações pertinentes.

## 8. COMISSÃO JULGADORA E O JULGAMENTO

8.1 A Comissão Julgadora - CJ será composta de um Júri formado por 03 (três) membros titulares e 03(três) membros suplentes, indicados pela ORGANIZADORA (CAU/TO) e homologados pela CEF/CAU/TO.

8.1.1. Não poderá compor a banca, quem já tenha participado de qualquer banca julgadora de Trabalhos finais de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, dentro do Estado do Tocantins, no exercício de 2022.

8.2 A lista dos jurados, titulares e suplentes, será publicada no site oficial do Concurso na data definida no Cronograma do Prêmio, previsto neste regulamento.

8.3 Caso ocorra o impedimento de participação de algum jurado titular, será convocado o seu suplente.

8.4 O julgamento se dará em duas etapas, a partir dos trabalhos em formato digital, onde a Comissão Julgadora selecionará obrigatoriamente na etapa final 03 (três) trabalhos premiados, classificados em 1º, 2º e 3º colocados. A CJ poderá também indicar, a seu critério, possíveis menções honrosas e/ou destaques, caso julgue procedente.

8.5 A CJ reunir-se-á em dia estabelecido pela ORGANIZADORA, com objetivo de proceder ao julgamento dos trabalhos.

8.6 A CJ será instalada em local a ser definido pela ORGANIZADORA, em sessão secreta, receberá da Coordenação Técnica, cópia deste Regulamento, arquivos das Pranchas e o Parecer de Avaliação do Trabalho.



8.7 No início da primeira sessão de julgamento dos trabalhos, serão escolhidos dentre os membros da CJ, o Presidente e o Relator dos trabalhos.

8.8 Também nessa primeira seção serão definidos, em comum acordo entre os membros da CJ e a Coordenação Técnica, os procedimentos de condução das atividades e respectivos aprazamentos.

8.9 As sessões de julgamento da CJ serão de Análise e Deliberação.

8.10 O Coordenador Técnico, ou membros por ele indicados, nos termos deste Regulamento, poderão participar das sessões com direito a voz.

8.11 Todos os documentos de registro elaborados durante as sessões de julgamento deverão ser assinados por todos os membros da CJ.

8.12 As sessões de julgamento só serão instaladas e prosseguirão com a presença da totalidade dos respectivos membros.

8.13 Os integrantes da CJ deverão observar, fielmente, todas as disposições estabelecidas neste Regulamento, assumindo responsabilidade pelas ações individuais e/ou coletivas deliberadas.

**8.14 São critérios básicos de julgamento, a serem utilizados pelo Júri na seleção dos trabalhos: inovação, criatividade, objetividade, funcionalidade, economicidade, exequibilidade, contribuição tecnológica, contribuição social, sustentabilidade, acessibilidade, desenho técnico, representação gráfica, entre outros de ordem técnica e cultural.**

8.15 As decisões da CJ serão tomadas por maioria simples de voto e fundamentadas com a emissão de Ata das reuniões.

8.16 As decisões da CJ são inapeláveis e irrecorríveis.

8.17 Os membros da CJ têm direito a rever e alterar seus pareceres e seus votos, até a assinatura da respectiva Ata Final.

8.18 As Atas de cada seção de julgamento da CJ deverão discorrer sobre as qualidades e insuficiências dos trabalhos selecionados, considerados os critérios de avaliação, identificando os mesmos pelo número. Deverão também explicitar cada etapa de seleção do processo de julgamento, além de outras considerações que a CJ considere importante para elucidar suas decisões.

8.19 A CJ será dissolvida quando for entregue oficialmente à Coordenação Técnica a Ata da Sessão Final de Julgamento, conforme estabelece este Regulamento.

## 9. PREMIAÇÃO

9.1 Serão premiados 03 (três) trabalhos selecionados pela CJ, classificados em 1º, 2º e 3º colocados e mais as menções honrosas e/ou destaques selecionadas pela Comissão Julgadora.

9.2. A título de premiação serão pagos os seguintes valores:

- I. 1º colocado: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- II. 2º colocado: R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais);
- III. 3º colocado: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais);



9.3 Os valores das premiações do item 9.2 estarão sujeitos aos tributos e encargos legais, na forma da legislação vigente.

9.4 Os autores das menções honrosas e/ou destaques, assim como seus respectivos orientadores, receberão certificado a ser confeccionado pelo CAU/TO.

9.5 Caso seja identificada qualquer irregularidade que desclassifique algum dos trabalhos premiados, o pagamento do prêmio não será efetuado.

9.6 Para o recebimento da premiação, o premiado cede, em caráter irrevogável, todos os direitos decorrentes de seu trabalho, exceto os pessoais oriundos de sua autoria.

9.7 Todos os autores, orientadores dos trabalhos e escolas de arquitetura participantes receberão Certificados emitidos pelo REALIZADOR e ORGANIZADOR - CAU/TO.

9.8 A entrega do prêmio acontecerá em ato público que será realizado pelo órgão REALIZADOR - CAU/TO conforme data definida no Cronograma, em local e horário a ser divulgado.

9.9 Após a homologação do resultado, os Trabalhos Premiados e as Menções Honrosas (se houverem) serão expostos ao público em exposição itinerante a ser organizada pelo REALIZADOR - CAU/TO.

## 10. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES:

DATA	DESCRIÇÃO
29/02/2023	Publicação do regulamento no Diário Oficial da União
29/02/2023 a 10/03/2023	Prazo para impugnação ao Edital
01/03 a 07/04/2023	Credenciamento das Escolas de Arquitetura e Participantes (envio das inscrições)
15/03/2023 a 31/03/2023	Consultas
Até 05/04/2023	Respostas das consultas
10/04/2023	Divulgação das inscrições
13/04/2023 a 25/04/2023	Recebimento dos trabalhos
13/04/2023 e 14/04/2023	Prazo para apresentação de recurso em fase do indeferimento da inscrição
16/04/2023	Divulgação do julgamento do recurso em fase do indeferimento da inscrição
Até 28/04/2023	Homologação dos trabalhos enviados
Até 28/04/2023	Divulgação da Lista de Jurados
02/05/2023 a 05/05/2023	Prazo para impugnação da homologação das Inscrições
Até 09/05/2023	Julgamento das impugnações
Até 29/05/2023	Julgamento dos Trabalhos
Até 30/05/2023	Divulgação da Classificação dos Trabalhos
De 31/05/2023 a 02/06/2023	Impugnação ao Resultado
Até 07/06/2023	Análise das impugnações
Até 15/06/2023	Divulgação final do Resultado

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS



11.1 Os participantes autorizam o REALIZADOR e a ORGANIZADORA, desde já e de pleno direito, de modo expresso e em caráter irrevogável e irretratável, a expor e divulgar os trabalhos, em qualquer meio e modo de divulgação, sem direito a qualquer tipo de remuneração aos seus autores.

11.2 As respostas às consultas poderão ser agrupadas em lotes ou temas, a partir da melhor conveniência do Consultor e para melhor compreensão dos participantes. Serão disponibilizadas no site oficial do Prêmio, conforme as datas estabelecidas no Cronograma deste Regulamento, mantendo o sigilo quanto à identidade dos consultentes, sendo que todas as respostas serão consideradas documentos anexos ao Regulamento do Prêmio e serão encaminhadas à CJ em tempo hábil.

11.3 Denúncias fundamentadas e devidamente identificadas deverão ser dirigidas à Coordenação Técnica do Prêmio, que as avaliará e encaminhará a ORGANIZADORA para tomar as providências cabíveis.

11.4 A ORGANIZADORA não se responsabiliza por problemas de acesso à rede de Internet, intervenção de hackers, vírus, manutenção do site, queda de energia, falhas de software ou hardware, problemas com os servidores ou provedores dos Participantes ou da própria ORGANIZADORA, quando das etapas de inscrição neste Prêmio, envio dos trabalhos ou de e-mails para esclarecimentos que venham a ser utilizados, bem como em razão de caso fortuito ou força maior, não sendo devida qualquer indenização ou compensação aos participantes do Prêmio e/ou aos eventuais terceiros prejudicados.

11.5 A participação no presente Concurso implica em total conhecimento, anuência e aceitação plena deste Regulamento e demais documentos anexos, com a expressa renúncia a quaisquer outros direitos, ressalvados aqueles que a Lei lhes confere a irrenunciabilidade.

11.6 Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação Geral e Coordenação Técnica.

11.7 Aplica-se a este Concurso, mas sem se limitar à sua divulgação, condução, às participações e às premiações, a legislação brasileira, e fica eleito o Foro de Justiça Federal de Palmas/TO para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta, com expressa renúncia aos demais, por mais privilegiados que sejam.

11.8. É vedada a participação de IES a distância.

Palmas -TO, 28 de dezembro de 2022.

Arq. e Urb. SILENIO MARTINS CAMARGO  
Presidente do CAU/TO